



A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC Hoje , Vol 11 No 1 Agosto 2008

INTERIORES...



6



8

POLÍTICA	3
COMÉRCIO	4
INFRAESTRUTURA	5
ÁFRICA	6
ENERGIA	7-10
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	11
BREVES DE NEGÓCIOS	12
GÊNERO	13
LIVROS	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16



SADC lança Zona de Comércio Livre

A SADC LANÇA a sua zona de comércio livre este Agosto, assinalando a criação de uma das maiores zonas de comércio livre no continente africano com cerca de 250 milhões de pessoas.

Espera-se que o lançamento oficial seja durante a XXVIIIª Cimeira da SADC na África do Sul, um evento histórico que anunciará uma nova era de integração económica e industrialização rápida na sub-região através da expansão de oportunidades de negócio.

Postulado sobre a remoção gradual de barreiras ao comércio, a Zona de Comércio Livre (ZCL) é o culminar de um processo de oito anos que começou com a assinatura do Protocolo Comercial da SADC em 1996, que entrou em vigor em 2000.

Acrescido ao Protocolo Comercial, os Estados membro da SADC adoptaram o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) que delineia um roteiro para maior integração económica regional.

O RISDP delineia metas de integração económica que inclui o estabelecimento de um ZCL em 2008, um União Aduaneira até 2010, um Mercado Comum até 2015 e criação de uma União Monetária até 2016, enquanto se espera por um banco central regional e moeda única até 2018.

Pelo que, a criação de uma ZCL este Agosto significa o alcance de um maior marco rumo à procura de uma maior integração económica na SADC.

A ZCL é enraizada no princípio de economia clássica de vantagens comparativas. O argumento crasso é de que os Estados membro produzirão para exportação apenas os bens com os quais têm vantagens comparativas ao mesmo tempo que importam produtos dos países vizinhos que não podem produzir com mais eficiência em casa.

Os industrialistas gozarão de maior acesso ao mercado, bem como beneficiar de economias de escala à medida que produzirem para um mercado regional maior do que um nacional.

Por outro lado, os consumidores terão maior acesso à uma gama de produtos mais baratos e mais amplo nas prateleiras dos supermercados, visto que os produtos entrarão nas fronteiras nacionais isentos de taxas aduaneiras.

Uma ZCL fornece um ambiente ideal para uma rápida industrialização e modernização porque as empresas aumentam os níveis de produtividade para manter um vantagem competitiva sobre os outros.

continua na página 2

SADC lança Zona de Comércio Livre

continção da página 1

Estas assumpções estão prenhes de muitas complexidades na conduta diária do comércio internacional e realidades ao nível nacional.

Por exemplo, com poucas excepções, as exportações dos Estados membro da SADC não são apenas similares mas maioritariamente matéria prima e produtos inacabados enquanto as importações são principalmente bens de capital e intermediários.

Ademais, a maioria das economias da SADC são menos desenvolvidas, apoiados por indústrias nascentes que ainda requerem algum cuidado antes de se exporem aos ventos frios do comércio internacional.

O receio prevalectente de que os produtos das maiores economias como a África do Sul podem inundar as economias mais fracas, levando ao colapso das suas indústrias tende a reduzir o progresso rumo às metas preconizadas.

Numa tentativa para abordar esses receios, a SADC adoptaram o princípio de geometria variável, que permite uma liberalização comercial assimétrica baseado sobre o nível de desenvolvimento económico de cada país.

Esta abordagem permitiu que a África do Sul, que é a economia mais desenvolvida, conjuntamente com os seus co-membros na União Aduaneira da África Austral (SACU) – Botswana, Lesotho, Namíbia and Suazilândia – para liberalizar mais rápido do que os outros.

Desde 2000, os Estados membro têm gradualmente removido barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio com o objectivo de alcançar uma fasquia de 85 por cento de comércio intra-regional à tarifa zero até 2008.

Os restantes 15 por cento constituem

principalmente de produtos sensíveis tais como têxteis, vestuário e automóveis que serão liberalizados até 2012. poucos produtos tais como metais preciosos e estratégicos (ouro, prata e platina) e bens usados foram excluídos da liberalização.

Principalmente, a ZCL permitirá que bens originários dos Estados membro da SADC entrem as economias dos países vizinhos isentos de taxas aduaneiras. Para qualificarem como isentos de taxas aduaneiras, os produtos devem satisfazer um certo critério delineado nas acordadas regras de origem.

Embora em crescimento, o comércio intra-SADC é ainda menor em cerca de 25 por cento. Muito desse comércio está concentrado na região da SACU enquanto muito comércio internacional vai acontecendo sob acordos bilaterais entre Estados membro da SADC ou com as antigas potências coloniais com utilização limitada do Protocolo Comercial.

O comércio intra-SADC está estrangido pela fala de infraestrutura. Assim sucede sem surpresas que os líderes da SADC colocaram alta prioridade sobre o desenvolvimento de infraestrutura regional.

À luz da ZCL e União Aduaneira, tornou-se mais importante do que antes a necessidade para mais eficientes e rápidos corredores de transporte que ligam melhor a região.

Espera-se que novos corredores complementem as tradicionais rotas rodoviárias que foram historicamente concebidas para transportar produtos de e para o resto do mundo através dos portos marítimos regionais. Actualmente estes não são suficientes para facilitar o movimento inter-Estado de produtos. □

Produtos de Exportações e Importações Chave dos Estados Membro da SADC

Estados Membro	Principais Exportações	Principais Importações
Angola	Crude, diamantes, produtos petrolíferos refinados, gás, café, sisal, peixe e produtos marinhos, madeira, algodão.	Maquinaria e equipamento eléctrico, veículos e sobressalentes, medicamentos, alimentos, têxteis, bens militares.
Botswana	Diamantes, cobre, níquel, soda ash, carne.	Produtos alimentares, maquinaria, produtos eléctricos, equipamento de transportes, têxteis, combustível e produtos petrolíferos, madeira e produtos de papel, metal e bens metálicos.
RDC	Diamante, cobre, crude, café, cobalto.	Produtos alimentares, mineração e outras maquinarias, equipamento de transportes, combustíveis.
Lesotho	Manufacturas 75% (vestuário, calçado), lã e mohair, alimentos e animais vivos.	alimentos; material de construção, veículos, maquinaria, medicamentos, produtos petrolíferos.
Madagáscar	Café, baunilha, especiarias, moluscos, açúcar, tecido de algodão, cromo, produtos petrolíferos.	Bens de capital, combustível, bens de consumo, alimentos.
Malawi	Tabaco 60%, chá, açúcar, algodão, café, amendoim, produtos de madeira.	Alimentos, produtos petrolíferos, produtos semi-manufacturados, bens de consumo, equipamento de transportes.
Maurícias	Vestuário e têxteis, açúcar, flores, bagaço.	Bens manufacturados, equipamento de capital, produtos alimentares, produtos petrolíferos, químicos.
Moçambique	Alumínio, camarão, castanha de caju, algodão, açúcar, citrinos, madeira, electricidade.	Maquinaria e equipamento, veículos, combustível, químicos, produtos metálicos, produtos alimentares, têxteis.
Namíbia	Diamantes, cobre, ouro, zinco, chumbo, urânio, gado, peixe processado, peles de karakul.	Produtos alimentares, produtos petrolíferos e combustível, maquinaria e equipamento, químicos.
África do Sul	Ouro, diamantes, platina, outros metais e minérios, maquinaria e equipamento.	Maquinaria e equipamento, químicos, produtos petrolíferos, instrumentos científicos, bens alimentares.
Swaziland	Concentrados de refrescos, açúcar, polpa de madeira, estame de algodão, refrigeradores, citrinos e frutas enlatadas.	Veículos automóveis, maquinaria, equipamento de transportes, produtos alimentares, produtos petrolíferos, químicos.
Tanzania	Ouro, café, castanha de caju, algodão sintético.	Bens de consumo, maquinaria e equipamento de transportes, matéria prima industrial, crude.
Zâmbia	cobre/cobalto 64%, electricidade, flores, algodão.	Maquinaria, equipamento de transportes, produtos petrolíferos, electricidade, fertilizantes, produtos alimentares, vestuário.
Zimbabwe	Algodão, tabaco, ouro, ferroalloys, têxteis/vestuário.	Maquinaria e equipamento de transportes, outros produtos manufacturados, químicos, combustíveis.



Implementação do Protocolo Comercial da SADC sobre os carris

A IMPLEMENTAÇÃO do Protocolo Comercial da SADC foi um longo e difícil processo regional que continuará além do lançamento oficial da Zona de Comércio Livre em Agosto.

Desde 1996, quando o Protocolo Comercial foi assinado, entrando em vigor em 2000 após o processo de ratificação, 12 Estados membro assinaram o protocolo, pelo que são parte da Zona de Comércio Livre (ZCL), com a excepção de Angola e a República Democrática de Congo que solicitaram mais tempo antes de juntarem-se à ZCL.

O principal instrumento da liberalização comercial como descrito no protocolo foi a eliminação das tarifas aduaneiras e barreiras não-tarifárias sobre o grosso do comércio intra-SADC.

Logo que o Protocolo Comercial entrou em vigor em 2000, o primeiro passo foi de os Estados membro entrarem em negociações para a redução gradual de tarifas, o que significa a eliminação de impostos aduaneiros.

O processo de negociações foi conduzido através de uma "abordagem de solicitação de ofertas" sob os auspícios do Fórum de Negociação Comercial que reuniu-se regularmente à luz do Protocolo Comercial.

O que foi crítico no processo de negociações foi o princípio de assimetria, que resultou da compreensão de que, entre outros, os Estados membro da SADC tinham variados níveis de desenvolvimento económico. Para o propósito de implementação DO Protocolo Comercial, os Estados membro da SADC foram colocados nas seguintes categorias:

♦ Países Desenvolvidos (principalmente a África do Sul, mas de facto a União Aduaneira da África Austral - SACU);

♦ Países em Desenvolvimento (Maurícias e Zimbábwe) e;

♦ Países Menos Desenvolvidos - LCDs (sendo os restantes, i.e. Angola, Madagáscar, Malawi, Moçambique, RDC, Tanzania e Zâmbia).

Com base nestes agrupamentos, a SADC levou a cabo o programa de redução gradual de tarifas à diversos níveis de velocidade, nos quais esperava-se que geralmente o agrupamento de países desenvolvidos a serem os primeiros as suas reduções de tarifas para alcançar a fasquia de "substancial comércio" até o ano cinco da implementação, ou seja até 2005.

Esperava-se que geralmente o agrupamento de países em desenvolvimento fosse o segundo na redução de tarifas para alcançar a mesma fasquia até sete ou oito anos de implementação, isto é, até 2007-9, enquanto se esperava que a última categoria, os LCDs, fosse o último na redução de tarifas para além da fasquia de oito anos mas não exceder 12 anos.

Porém, para os produtos da categoria A e B (vide caixa), esperava-se que as tarifas alcançassem o nível de zero por cento em todo o comércio na ZCL.

A fasquia "substancial comércio" para a SADC é constituído por 85 por cento de todos os produtos, constituindo os produtos da categoria A e B mas excluindo os produtos da categoria C.

Uma Revisão a Meio Termo comissionado pela SADC em 2004 revelou que os Estados membro estavam a implementar o Protocolo Comercial mas que o progresso era geralmente fraco. Uma das principais recomendações em assegurar o cumprimento era que os Estados membro efectivassem a redução de tarifas no 1º de Janeiro de cada ano.

Uma auditoria feita pelo Centro do Comércio da África Austral para o Secretariado da SADC indicou que de Fevereiro de 2008, as Maurícias, Moçambique, os países da SACU, República Unida da Tanzania, Zâmbia e Zimbábwe tinham legislado sobre as suas ofertas de tarifas ou emitido intenções efectivando uma redução de tarifas até 2008. Esperava-se que Malawi o fizesse antes do lançamento, em Agosto de 2008, enquanto Madagáscar apenas acedeu ao Protocolo em 2006 e fo-lhe permitido mais tempo para recuperar.

Acrescido à remoção de tarifas, os Estados membro também acordaram noutras medidas de facilitação de comércio tais como a eliminação de barreiras não-tarifárias ao comércio. A remoção de barreiras não-tarifárias envolve a harmonização de leis aduaneiras e procedimentos, a harmonização de medidas sanitárias e fito-san-

itárias, bem como a adopção e implementação das regras comuns de origem.

Os Estados membro estão actualmente a desenvolver os modelos de Lei Aduaneira que facilitarão a harmonização os regulamentos e procedimentos aduaneiros. Trabalho sobre o Esquema de Garantias de Tesouro Aduaneiros da SADC foi completado enquanto se espera a decisão sobre o Documento Único Aduaneiro e o Sistema de Trânsito de Produtos Regionais, ambos já pilotados.

Dado que nem todos os produtos se qualificam para a isenção de direitos sob uma ZCL, tempo considerável foi despendido nas negociações das regras de origem, acordado como específico para cada produto. Um Certificado de Origem da SADC, que autentica os produtos que originam da região, já funciona nos Estados membro.

As regras de origem são para assegurar que os produtos não originários da região não gozem de tarifas preferenciais. Elas são também para assegurar que a região não seja inundada por importações de outros países.

Embora trabalho considerável foi sido dedicado nas negociações e acordos de instrumentos regionais da ZCL, o enfoque será sobre o nível nacional onde o cumprimento é mais importante. □

Categorização da Redução de Tarifas da SADC

Categoria de Produtos	Descrição
A	Produtos cujas tarifas chegariam a 0% (ou já eram 0%) no início do processo de gradualismo, i.e. 2000
B	Produtos sujeitos à redução de tarifas até 0% durante um período de oito anos até 2008
C	Produtos sensíveis durante um período de 12 anos até 2012
E	Excluídos do comércio preferencial

Estados confrontam-se com decisão sobre sobreposição de afiliações

por Richard Nyamanhindi

A **REGIÃO** da caminha rapidamente rumo à uma União Aduaneira, sendo que a questão de sobreposição de afiliações torna-se mais pertinente.

Um Grupo de Trabalho Tripartido, envolvendo a SADC, o Mercado Comum para a África Austral e Oriental (COMESA) e a Comunidade da África Oriental (EAC), foi estabelecido para encontrar formas de harmonizar os regimes comerciais dos três blocos comerciais.

O trabalho do grupo de trabalho vai fornecer insumos à uma Cimeira Tripartida marca para Outubro de 2008.

A sobreposição de afiliações existe na SADC, COMESA e EAC, e criaram-se desafios pelo facto de que os três planeiam criar uniões aduaneiras, uma situação que apresenta desafios técnicos visto que um país não pode pertencer a mais de uma união aduaneira.

Como a Zona de Livre Comércio (ZLC) da SADC entra em vigor este ano, o caminho é em direcção ao completar da União Aduaneira em 2010. A COMESA, que criou a sua ZCL em 2004 planeia lançar a sua União Aduaneira até Dezembro de 2008, enquanto há planos em curso para uma União Aduaneira da EAC.

Todos os membros da União Aduaneira de África Austral (SACU) pertencem à SADC, o que significa que com a criação de uma União Aduaneira da SADC, o arranjo da SACU desaparece.

Sete países da SADC - Angola, Malawi, Maurícias, RDC, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe - são ambos membros da SADC e COMESA. A República Unida da Tanzânia é membro da EAC.

A sobreposição de afiliações apresenta desafios, particularmente quando os blocos comerciais caminham rumo à níveis profundos de integração económica.

Por exemplo, a Zâmbia pertence a ambos a SADC e COMESA. Ao abrigo do

Protocolo Comercial da SADC, a Zâmbia deve dar tratamento de isenção de impostos aos produtos da África Austral. Todavia, por causa da sua afiliação à COMESA, a Zâmbia deve implementar uma tarifa externa comum em linha com a União Aduaneira da COMESA, que exclui a África do Sul. Na

essência, a Zâmbia aceitou promover simultaneamente o comércio livre com a África do Sul e manter as tarifas da COMESA contra o mesmo país.

O problema de múltipla afiliações fragmentou os países da SADC durante as negociações para Acordos de Parceria Económica

(EPAs) com a União Europeia, tendo alguns Estados membro negociado fora dos auspícios da SADC. □

Pacto comercial aumenta as relações da SACU com a América do Sul

A **UNIÃO** Aduaneira da África Austral (SACU) concluiu finalmente um pacto de comércio preferencial com o bloco de comércio da América do Sul, Mercosur, após quase três anos de negociações.

O acordo é uma extensão do original arranjo comercial entre a SACU e Mercosur - que consiste da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - concluído em 2004, mas considerado lacunoso em muitas áreas.

O negociador chefe da SACU, Xavier Carim, disse recentemente que todas as negociações técnicas tinham sido concluídas, o que inclui a linha dos produtos de 2000.

O acordo seria submetido às autoridades nacionais para assegurar o cumprimento com as leis nacionais, após o qual uma data seria estabelecida para assinatura de ministros e ratificação.

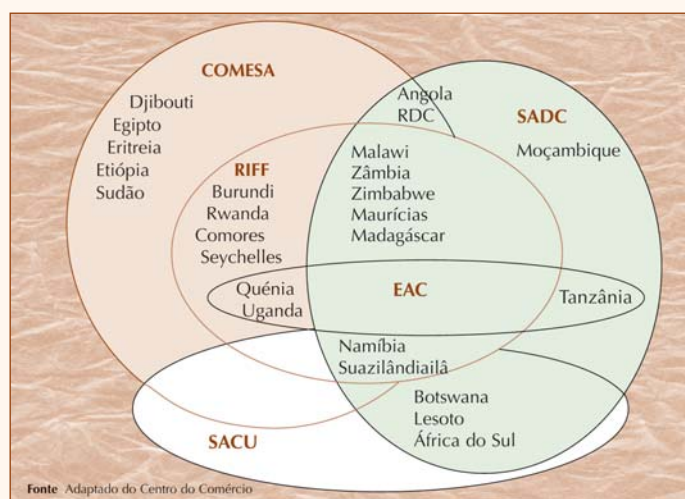
Mas uma larga porção de produtos manufacturados nas duas regiões comerciais continuarão a sofrer barreiras tarifárias na entrada, principalmente produtos de automóveis, que continuam fortemente protegidos nalguns países regionais tais como a África do Sul e Namíbia.

Questões da nova geração tais como serviços e investimentos também não foram incluídos.

Entretanto, Carim disse que o acordo incluía uma provisão para uma futura ampliação do acordo, se as partes assim o quisessem.

Espera-se que o acordo entre em vigor antes do fim do ano. □

Blocos de Comércio Regional na África Oriental e Austral



A Zâmbia e Zimbabwe assinam acordo fronteiriço

A **ZÂMBIA** E Zimbabwe assinaram um acordo bilateral que resultará na transformação de Chirundi num posto fronteiriço de atendimento único.

O projecto está em linha com os planos para uma integração económica regional sob os auspícios da SADC e COMESA.

Falando na cerimónia de assinatura do acordo em Harare, o Ministro da Indústria e Comércio Internacional do Zimbabwe, Obert Mpfu, disse que "a maturação do conceito de posto fronteiriço de balcão de atendimento único é um importante marco rumo ao aprofundamento do nível de integração económica."

O acordo preconiza que os dois países aumentem o comércio em 20 por cento ao mesmo tempo que

poupam US\$450 milhões através da redução do tempo de trânsito.

Falando na mesma ocasião, o Ministro zambiano de Comércio e Indústria, Felix Mutati, disse que "embora o assinar deste acordo vai assegurar a consolidação de aprofundamento da integração económica dentro da área dos objectivos da COMESA/SADC para 2008 e 2010, é crítico que os desafios destacados de agências múltiplas e procedimentos de desalfandegamento sejam abordados."

Alguns dos benefícios preconizados seriam a redução do tempo despendido nos postos fronteiriços, redução de custos de fazer negócios ao mesmo tempo que indirectamente se lida com questões sócio-económicas que resultavam das demoras no posto fronteiriço. □



Rumo à infraestrutura de corredores rápidos

por Tigere Chagutah

PELO FACTO da África Austral estar a levar a integração regional à níveis sem precedente com a inauguração da Zona de Comércio Livre (ZCL) em Agosto de 2008, torna-se mais urgente do que nunca a necessidade de infraestruturas de corredores eficientes, rápidos e custo-efectivos.

O comércio na SADC é minado pela multiplicidade de fronteiras e dos atrasos em muitos postos fronteiriços enquanto os documentos e cargas são inspeccionados.

Como indicado pelo Director da Direcção de Infraestruturas e Serviços no Secretariado da SADC, Remmy Makumbe, o sucesso da zona de comércio livre depende de um plano efectivo para a implementação de infraestrutura de desenvolvimento de corredores aos níveis nacional e internacional.

Makumbe sublinhou ainda a necessidade de mobilizar recursos para se abordar a questão da infraestrutura de transportes, especialmente estradas, linhas férreas e portos. Isso, disse ele, vai requerer um financiamento de US\$20 bilhões que se espera venha dos Estados membro e parceiros de cooperação.

O aumento do comércio intra-SADC requer uma infraestrutura de transportes vibrante ao mesmo tempo que se precisa de redes rápidas para interligar os países do interior, bem como ligá-los aos principais portos.

Historicamente, a região da SADC tem tido corredores de transporte terrestre tradicionais operando como rotas naturais para e do mar. Estes têm sido usados principalmente para a exportação de matéria prima da região para o resto do mundo, bem como de importação de produtos acabados do resto do mundo para a região.



O crescente comércio intra-SADC requer uma vibrante infraestrutura de transportes.

Entretanto, as operações de alguns desses corredores, disse Makumbe, têm sido minadas pelos variados graus de constrangimentos de infraestruturas tais como “estradas, pontes, curvas, desenho de infraestrutura fronteiriça e logística pobres, bem como de desnecessariamente longos, complicados e não-harmonizados procedimentos e documentos aduaneiros.”

“O desempenho destes corredores, quando avaliados contra os corredores de transporte pelo mundo fora, revela níveis pobres de eficiência, pobre tempo de viragem e daí os altos custos de transporte, resultando na pobre competitividade das exportações da região aos mercados globais, bem como os altos custos de entrada de produtos na região,” disse Makumbe, que é também o Director Chefe interino da SADC.

Inevitavelmente, estes altos custos foram passados ao consumidor final pelos vários provedores de serviços. Esta situação aumentou a relativamente baixa qualidade de vida da maioria dos cidadãos da SADC.

Em resposta à uma directiva da Cimeira da SADC de 2007, o Secretariado está a desenvolver uma Estratégia dos Corredores da SADC em consulta com os Estados membro. Makumbe disse que a SADC lançou um estudo para aglutinar as melhores práticas dos

corredores, bem como doutros cantos do mundo como uma parte integral de estratégias amplas dos corredores para desenvolver e modernizar todos os corredores da SADC.

Os corredores da SADC que estão sendo desenvolvidos conjuntamente com os Estados membro incluem: o Corredor de Dar es Salaam, o Corredor de Desenvolvimento de Mtwara, o Corredor de Desenvolvimento de Nacala, o Curso de Águas do Shire-Zambeze, o Corredor da Beira, o Corredor do Limpopo, o Corredor de Maputo, o Corredor de Desenvolvimento dos Libombos, o Corredor de Trans-Kalahari, o Corredor de Walvis Bay, o Corredor de Trans-Caprivi, o Corredor Norte-Sul, o Corredor Trans-Kunene, o Corredor de Lobito e o Corredor de Malanje.

A proposta Ponte de Kuzungula, que se espera ligue o

Botswana, Zâmbia e Zimbabwe, é um projecto que é instrumental no estímulo do comércio dentro do contexto da Zona de Comércio Livre da SADC e União Aduaneira em 2010.

“Estou convencido de que embora os três países estejam a implementar este projecto, o seu impacto será sentido em toda a região [SADC],” disse Makumbe.

Encontram-se em curso as consultas sobre a implementação do Projecto da Ponte de Kazungula e espera-se que um contrato seja assinado logo que as partes envolvidas concordem sobre todas as questões pendentes.

A construção da Ponte de Kazungula pretende substituir a existente linha férrea que constitui um grande constrangimento à livre circulação de bens e pessoas entre os três países. □

Estradas pobres reduzem movimento de bens

OS MINISTROS dos transportes da SADC levantaram preocupações com relação ao pobre estado de estradas na região, que constrange o fluxo dos transportes.

Numa recente reunião na Namíbia, convocada para rever o progresso sobre os corredores de desenvolvimento, os ministros disseram que a pobre infraestrutura na região é responsável pelos altos custos de bens, especialmente nos países regionais do interior.

“As estradas nos corredores do centro e do norte necessitam de ser

reparadas visto tornar impossível o fácil fluxo de transporte e movimento de bens e serviços,” acordaram os ministros.

Os ministros também notaram que deve existir um plano directório para a modernização das linhas férreas da região, acrescentando que uma linha férrea rápida e moderna para a região reduzirá a carga sobre as estradas e aumentará a velocidade do movimento de grandes cargas para dentro e fora da região. □

UA adia governo continental até para o ano

OS LÍDERES AFRICANOS adiaram a sua discussão sobre o governo de união até Janeiro do próximo ano, após não alcançarem consenso na sua Cimeira de Egipto, em Julho.

Um grupo de peritos de alto nível de 12 chefes de estado foi estabelecido na Xª Cimeira da União Africana (UA) em Gana, nos inícios deste ano, especificamente para acelerar o processo de estabelecer um governo de união, mas o consenso continua uma ilusão.

Os chefes de estado e governo participantes na XIª Sessão da Cimeira da UA de 30 de Junho à 1 de Julho, em Egipto, decidiu adiar a discussão até a sua próxima cimeira em Janeiro de 2009, a ser realizada em Adis Ababa, Etiópia.

Até à data, os líderes africanos têm tido perspectivas diferentes sobre um calendário de implementação, com a Líbia e alguns

estados da África Ocidental, incluindo o Senegal, a pressionar para o estabelecimento imediato de um governo de união e nomeação de ministros.

Outros países, incluindo a África do Sul, Etiópia e muitos da África Oriental e Ocidental adoptaram uma abordagem mais cautelosa para a implementação, desejando maior consenso e clareza sobre as operações e mandato de tal governo.

Embora a UA tenha concordado sobre uma direcção rumo à um governo de união, existem diferentes pontos de vista sobre a calendarização e modelo de governação.

A África Oriental e Ocidental advoga o fortalecimento das Comunidades Económicas Regionais (RECs) como fundação, levando o tempo para construir as economias regionais.

A Líbia e Senegal estão insistindo sobre a transformação imediata para um Estados Unidos da África, advogando uma abordagem cima para baixo, começando com a formação de um governo de união e eleição do seu líder como uma questão de urgência, para substituir a actual Comissão da UA.

Apela-se que as RECs promovam a integração Africana

A CIMEIRA da União Africana realizada no Egipto apelou as Comunidades Económicas Regionais (RECs) para acelerarem a agenda de integração numa tentativa de alcançar todos os objectivos através do continente.

A agenda de integração inclui o movimento de pessoas e bens através do continente, que é a casa de mais de 900 milhões de pessoas.

Como parte da iniciativa de integração, uma reunião do Comité de Coordenação da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e as RECs foi realizada nas margens da XIª Sessão da Cimeira da União Africana.

O Presidente da Comissão da União Africana, Jean Ping, reafirmou o compromisso rumo à uma forte cooperação da UA com as RECs.

“Não podemos falhar. Falhar significaria falhar as nossas populações e condená-los mais para a pobreza,” disse Ping. □

BAD vai despender US \$1.2 biliões na água em África

O BANCO Africano de Desenvolvimento (BAD) investirá US\$1.2 biliões sobre o desenvolvimento de infraestrutura de água em África, durante os próximos três anos.

A notícia foi confirmada pelo presidente do banco, Donald Kaberuka, na XIª Sessão da Cimeira da União Africana no Egipto, realizado sob o tema “Alcançando os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) sobre Água e Saneamento”.

“A implementação deste [programa de] desenvolvimento da água foi levada a cabo em ambas as áreas urbanas e rurais dos países africanos com fracas infraestruturas de acesso à água e saneamento,” disse Kaberuka. □

“Vamos anunciar o governo de união no próximo Janeiro,” disse após a Cimeira o Presidente senegalês, Abdoulaye Wade.

As áreas de divergência lembram os debates originais na Cimeira de fundição da Organização da Unidade Africana (OUA) em Maio de 1963, quando o Presidente Kwame Nkrumah do Gana queria uma unificação imediata dos poucos países que estavam independentes num governo pan-Africano.

O Presidente Julius Nyerere da República Unida da Tanzania foi também eloquente em advogar uma abordagem “bloco a bloco”, começando com a prossecução de independência política para os restantes países sob jugo colonial ou apartheid, que incluíam então a maioria da África Austral.

O actual debate foi relançado após a finalização da independência política marcada pelo fim do



President Jakaya Kikwete
Chairperson, African Union

apartheid na África do Sul, em 1994, assinalando o alcance da independência política e subsequente transformação da OUA para UA.

Na conclusão da Cimeira, os líderes africanos exprimiram o seu compromisso às estratégias nacionais e planos de acção para o alcance das metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) para água e saneamento durante os próximos sete anos. □

Resolução da Cimeira da UA sobre o Zimbabwe

A Assembleia da União Africana, reunida na sua XIª Sessão Ordinária realizada de 30 de Junho à 1 de Julho de 2008, em Sharm El Sheikh, Egipto,

PROFUNDAMENTE PREOCUPADO com a actual situação no Zimbabwe;
PROFUNDAMENTE PREOCUPADO com os relatórios negativos dos observadores da SADC, União Africana e Parlamento Pan-Africano sobre a segunda volta das eleições presidenciais realizadas no dia 27 de Junho de 2008;
PROFUNDAMENTE PREOCUPADO com a violência e perda de vidas que ocorreu no Zimbabwe.

CONSIDERANDO a necessidade urgente de prevenir que a situação pior mais e visando evitar que o conflito se espalhe com o consequente impacto negativo sobre o país e sub-região;

CONSIDERANDO AINDA a necessidade de criar um ambiente conducente para a democracia, bem como o desenvolvimento do povo do Zimbabwe;

EXPRESSANDO a sua apreciação com a SADC e o Órgão sobre Cooperação em Política, Defesa e Segurança, bem como com o Facilitador do diálogo intra-SADC, Sua Excelência Thabo Mbeki, Presidente da República da África do Sul, e Sua Excelência, Jean Ping, Presidente da Comissão da União Africana pelo trabalho em curso visando reconciliar os partidos políticos;

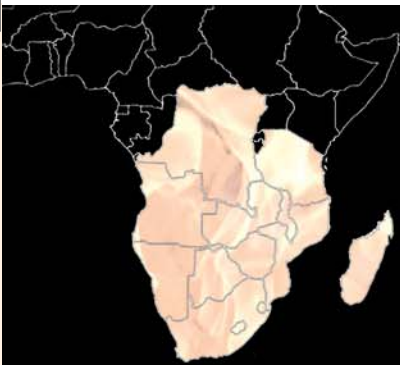
RECONHECENDO a complexidade da situação no Zimbabwe;

NOTANDO a vontade dos líderes políticos do Zimbabwe para entrar em negociações para estabelecer um Governo de Unidade Nacional;

NOTANDO AINDA as discussões preparatórias sobre a questão já iniciaram sob a facilitação da SADC;

Decidiram assim:

1. ENCORAJAR o Presidente Robert Mugabe e o líder do MDC, Sr Morgan Tsvangirai, a honrarem o seu compromisso em iniciar o diálogo visando promover a paz, estabilidade, democracia e reconciliação do povo Zimbabweano;
2. APOIAR o apelo para a criação de um Governo da Unidade Nacional;
3. APOIAR a Facilitação da SADC e recomendar que os esforços de mediação da SADC devam continuar para resolverem os problemas que estão a enfrentar. Neste sentido a SADC deve estabelecer um mecanismo sobre o terreno de modo a continuar o esforço para uma solução negociada;
4. APELAR aos estados e todas as partes envolvidas para se absterem de qualquer acção que pode impactar negativamente sobre o clima de diálogo;
5. No espírito das iniciativas da SADC, a UA permanece convicta de que o povo do Zimbabwe será capaz de resolver as diferenças e trabalhar juntos mais uma vez como uma Nação, desde que recebam apoio incondicional da SADC, a UA e todo o mundo.



ENERGIA DA ÁFRICA AUSTRAL



Preços de combustível perigam economias regionais

por Richard Nyamanhindi

A **ÁFRICA** Austral confronta-se com a alta global de preços de combustível causado por vários factores que elevaram o preço de um barril do crude para uma marca sem precedentes de US\$150.

Os preços globais de petróleo subiram de menos de US\$100 o barril (bbl) no começo de 2008 para uma alta de US\$146 nos inícios de Julho, com os economistas a advertirem que o preço atingirá US\$200 bbl antes do final do ano.

A actual subida de preços de combustível representa um aumento de 25 por cento nos últimos quatro meses e 400 por cento desde 2001.

Em termos reais, exceptuando o choque de preços de combustível em 1979, este é o mais alto preço de sempre.

Enquanto alguns analistas culpam o aumento da demanda da Ásia Oriental, especialmente a China, outros colocam a culpa da forte demanda sobre os países desenvolvidos, e distúrbios políticos nos países produtores de petróleo tais como o Iraque, Irão e Nigéria.

Os consumidores da SADC estão sentindo o aperto da alta dos preços

do combustível na forma de aumento dos custos de alimentos e transporte, aumento de taxas de juros e um ambiente económico geralmente de alta inflação.

No mês de Junho, as taxas de juros subiram na África do Sul, Botswana e Namíbia em mais de cinco por cento.

Os combustíveis fósseis contabilizam cerca de 95 por cento da energia usada nos transportes, transformando o sector a mais propensa aos aumentos de preços de combustível. Embora as pessoas possam continuar com as suas actividades diárias, serão inevitavelmente a reduzir outras necessidades básicas.

Apenas nos passados dois meses, o preço dos transportes públicos aumentou em mais de 60 por cento em alguns países da SADC.

Por exemplo, na Namíbia, o preço de combustível subiu pela sexta vez este ano em Julho, uma situação que foi sintetizada pelo Ministro de Minas e Energia, Erkki Nghimtina, como "detrimental aos passageiros viajantes."

O custo dos produtos petrolíferos afecta quase todas as

actividades económicas, directa e indirectamente.

Uma vez que o petróleo é motora da agricultura, o aumento do seu custo também fará subir os preços de alimentos, tornando mais e mais pessoas, especialmente as das zonas rurais, vulneráveis à pobreza.

Para os países completamente importadoras de combustível, dos quais encontra-se a maioria na região, a subida dos preços de combustível costuma reduzir o progresso económico.

Por exemplo, países tais como a África do Sul e Zâmbia, que tem gozado de uma saudável taxa de crescimento entre três e cinco por cento por ano, foram forçados a rever as suas perspectivas de crescimento devido aos altos preços de combustível.

O Banco Africano de Desenvolvimento estima que a actual alta de preços de combustível será traduzido - como um efeito da primeira ronda - por uma média alta de inflação de um à três pontos para muitos países na SADC para 2008 e 2009, respectivamente.

Segundo, à medida que a demanda de petróleo a curto prazo é altamente inelástica, os consumidores são forçados a reduzir o seu consumo de outros produtos e serviços para satisfazer as altas contas de energia.

Terceiro, os países totalmente importadoras de combustível enfrentam constrangimentos de balanças de pagamentos, visto que têm de assegurar recursos adicionais para pagar a alta conta da importação de petróleo.

Concomitantemente, os governos enfrentam constrangimentos de orçamentos mais apertados, o que pode afectar a sua capacidade de financiar os programas sociais enquanto outros podem ser forçados a pedir mais empréstimos de fontes externas, ameaçando uma nova armadilha de dívida.

A alta dos preços de combustível obrigou aos países a reconsiderar a sua sobre-dependência sobre combustíveis fósseis e trouxe à proeminência a necessidade de usarem mais recursos alternativos de energia limpa tais como bio-combustíveis e energia geo-térmica. □



A oferta-demanda de energia pela SAD

por Richard Nyamanhindi

A SITUACÃO de oferta-demanda de electricidade na região continua a ser instável como provado pelos recorrentes apagões e restrições em virtualmente quase todos os países da SADC, com a excepção das Maurícias.

A informação é de acordo com um relatório do primeiro semestre do Grupo de Energia da África Austral (SAPP).

“Esta situação é indesejável e tem consequências negativas sobre o comércio, indústria, serviços sociais e desenvolvimento económico geral nos países afectados se não for revertida,” diz o relatório.

O relatório adverte que esta situação poderá impactar sobre a agenda de integração regional da SADC, que depende sobre a disponibilidade de energia e infraestruturas de serviços.

Por isso, o Secretariado da SADC conjuntamente com o

Centro de Coordenação da SAPP tem estado a monitorar a situação por perto para assegurar que projectos de reabilitação e geração a curto prazo estão em curso para complementar a oferta de energia na região.

O relatório observa que a capacidade instalada de 55,000MW da região não é suficiente para abrandar a inevitável escassez de energia que a região está a experimentar.

“Sem dúvidas, se tivesse havido investimento suficiente no sector de energia, a República Democrática do Congo (RDC) teria alcançado uma capacidade de geração de mais de 44,000MW na Barragem de Inga sobre o rio Congo,” lê-se no relatório.

Até à data, a barragem produz menos que 3,000MW.

A situação é a mesma nas centrais hidro-eléctricas em Angola, Moçambique, Tanzania, Zâmbia e Zimbabwe, onde a falta



Projectos de inter-conexão são chave para as necessidades energéticas de procura e oferta da SADC.

de investimento restringiu a geração de energia e capacidade de transmissão.

Espera-se que a escassez seja reduzida a zero através da implementação de projectos de reabilitação e geração a curto prazo em que os Estados membro estão envolvidos.

O actual desafio para a região é de ser capaz de satisfazer a

crescente demanda de energia, tomando em conta que a capacidade instalada e a capacidade disponível não estão a crescer ao mesmo ritmo.

A capacidade instalada da SAPP em Abril de 2008 era de 55,032MW, enquanto que a capacidade fiável era de cerca de 47,067MW indicando um défice de cerca de 8,000MW sem dar

Capacidade Instalada versus Disponível

No.	País	Empresa	Capacidade Instalada [MW] Abril 2008	Capacidade Disponível [MW] Dez 2006	Capacidade Disponível [MW] Abril 2008	% Alterações
1	Angola	ENE	1 128	590	943	60
2	Botswana	BPC	132	120	90	-25
3	RDC	SNEL	2 442	1 170	1 170	0
4	Lesotho	LEC	72	70	70	0
5	Malawi	ESCOM	302	241	246	2
6	Moçambique	EDM	233	174	173.8	0
		HCB	2 250	1 675	2 075	24
7	Namibia	NamPower	393	360	360	0
8	África do Sul	Eskom	43 061	36 208	38 764	7
9	Suazilândia	SEB	51	50	70	40
10	Tanzania	TANESCO	1 186	680	780	15
11	Zâmbia	ZESCO	1 737	1 095	1 200	10
12	Zimbabwe	ZESA	2 045	1 085	1 125	4
SAPP TOTAL			55 032	43 518	47 067	8
SAPP Total Inter-conectores			52 416	42 007	45 098	7

Fonte: SAPP

SADC continua instável, SAPP

conta dos dez por cento de margem de reserva.

Um novo centro de geração foi comissionado na África de Sul (1,050MW) e outro centro que esteve temporariamente fora de operações foi reaberto (2 x 190MW) em Camden.

Na Suazilândia, foi comissionado um novo centro com 20MW em Dezembro de 2007. Em Angola, foram comissionados duas unidades de 2x130MW em Capanda, em

Rede da SAPP restaurada

A rede do Grupo de Energia da África Austral encontra-se completamente operacional após ter operado como três "ilhas" separadas nos últimos cinco meses devido à falhas técnicas sobre os principais inter-conectores.

Segundo o Gestor do Centro de Coordenação da SAPP, Lawrence Musaba, o último inter-conector a ser ligado à rede foi o da Zâmbia-Zimbabwe em 1 de Julho.

O inter-conector Zâmbia-Zimbabwe foi abaixo em Janeiro e desde então a Zâmbia esteve sozinha e sem ser capaz de comercializar com outros membros da rede da SAPP.

A desconexão significou também que a Zâmbia e República Democrática do Congo (RDC) não foram capazes de importar ou exportar energia na região austral.

Os outros inter-conectores que foram afectados em Fevereiro são Zimbabwe-Moçambique (ZESA e EDM/HCB) e África do Sul, Botswana, Moçambique, Lesotho e Namíbia (Eskom, EDM, LEC e Nam-Power).

Musaba confirmou que a SAPP encontra-se no processo de assegurar que outros membros da SADC que ainda não estão conectadas à rede da SAPP, que o sejam num futuro próximo. □

Março e Julho de 2007, respectivamente.

A Angola, Tanzania e Malawi ainda são membros não operadores da SAPP, o que significa que ainda não estão conectados à rede da SAPP, sendo que não gozam dos benefícios da comercialização de energia na região.

Os membros operadores são África do Sul, Botswana, Lesotho, Moçambique, Namíbia, RDC, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe.

Espera-se que a situação seja revertida até 2011 em muitos países da SADC quando a reabilitação de centros de geração termine e novas estações hidro-eléctricas entrem em funcionamento.

Espera-se que se construam os planeados inter-conectores, logo que a SADC recapture auto-suficiência em electricidade.

Estes incluem o inter-conector Moçambique-Malawi de 220kv, o inter-conector Zâmbia-Tanzania-Quênia de 330kv, a reabilitação do inter-conector RDC-Zâmbia de 220kv, um segundo inter-conector RDC-Zâmbia de 330kv, o inter-conector Zâmbia-Namíbia de 220kv, o inter-conector Hwange-Livingstone de 330kv e a terceira linha de Cambane-Luanda de 220kv, em Angola.

A diferença entre a capacidade instalada e a disponível deve-se principalmente à manutenção pontual, estações de energia auxiliares, constrangimentos de combustível e infraestrutura obsoleta.

A SAPP apelou aos seus membros que as empresas de energia devem esforçar-se na comissão de projectos de geração como planeado. Qualquer atraso

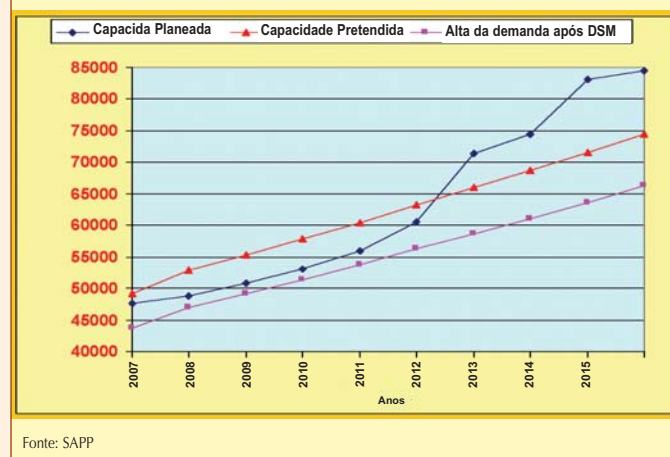
levará à mais capacidade deficitária.

Os Estados membro devem implementar medidas de Gestão de Procura (DSM) que mostraram-se aptas para reduzir a pressão sobre os sistema de energia na África do Sul, de modo a influenciar o tempo, padrão e quantidade da demanda de electricidade como uma medida alternativa de curto prazo à expansão do sistema. □

Previsão de oferta e demanda 2007-2015

O seguinte gráfico mostra a situação de oferta e demanda à meio prazo. A capacidade de geração apropriada seria alcançada até o

ano 2013. A situação poderá melhorar mais cedo se as medidas de gestão das cargas forem implementadas.



Fornecedores de energia da África vão padronizar as redes de electricidade

OS FORNEEDORES de energia da África reunidos recentemente no Quênia acordaram em iniciar um processo que culminará em padrões comuns de electricidade no continente.

A medida visa acelerar o passo de inter-conectividade através de fronteiras nacionais, que foi bloqueado pelos diferentes padrões nos diferentes países.

Os sistemas de energia em muitos países africanos funcionam em diferentes frequências de operação e voltagem, têm diferentes métodos de compras e padrões de equipamento.

A geração de energia e padrões de distribuição são também diferentes. Isso acontece apesar do facto de que quase todos os blocos comerciais regionais estabeleceram quadros para a partilha de electricidade através de grupos de energia e têm aspirações a longo prazo para estabelecer um grupo continental.

Um grupo de energia africano é visto como a melhor solução para assegurar um fornecimento de energia adequado e regular, especialmente para países enfrentando escassez.

Espera-se que o grupo facilite o desenvolvimento de potencial

latente de geração de energia em países tais como a República Democrática do Congo.

Dados do Grupo de Energia da África Austral (SAPP) mostram que a RDC tem um potencial de recursos hídricos de 44,000MW no rio Congo que ainda não foi domesticado. Existem planos para domesticar este potencial e exportá-lo à outros países na região.

Peritos em energia dizem que a inter-conectividade regional é importante porque protege os países de uma emergência de demanda electricidade. □

Energia Solar: Fonte barata de energia para a região

DEVIDO À défices na produção de energia e alta de preço do petróleo nos mercados globais, os países na África Austral estão a procura de alternativas para dar à famílias rurais meios eficientes de cozinhar alimentos e iluminar suas casas.

Fontes únicas de energia como solar e eólica podem ajudar a tapar o fosso.

Sob a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), foi acordado que para se alcançar a desejada prosperidade social e económica, os países devem aumentar o acesso à energia barata e fiável, visto que apenas 20 por cento da população na região tem acesso à energia, maioritariamente nas zonas urbanas.

Este dado cai para uma média de dois por cento nas zonas rurais onde a maioria da população vive - muito menos dos 36 por cento do nível de consumo que os líderes africanos se cometeram a alcançar na VIIIª Sessão da Cimeira da União Africana em 2007.

Para alcançar a visão da NEPAD, deve-se encontrar fontes de energia barata ao mesmo tempo que se minimizam os danos ambientais e assegure-se a sustentabilidade. Neste sentido, a energia solar, que é limpa e renovável, vem a calhar.

A maioria da população na África Austral ainda depende de fontes tradicionais de energia. A lenha ou outras biomassas tais como restos de culturas são combustível dominante para a



cozinha. Isso ocorre à um custo elevado para o ambiente visto que as famílias continuam a cortar árvores para a procurada lenha.

Talvez o projecto mais ambicioso para domesticar a energia solar foi um projecto no Zimbabwe apoiado pelo PNUD através do Mecanismo Global do Ambiente (GEF).



Fontes de energia alternativa limpas e baratas são ideais para a região.

Sob esta iniciativa, cerca de 9,000 sistemas de energia solar foram instaladas pelo país numa medida visando melhorar os padrões de vida, mas também para desacelerar a degradação da terra e poluição.

Com toda as suas vantagens, os sistemas solares não são baratos para instalar; um sistema típico doméstico na região custa entre US\$500 e US\$1000, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento.

O uso de esquemas inovadores de financiamento, tais como arranjos de pagamento por serviço, é uma forma de ultrapassar estes altos custos iniciais. Instalar painéis solares para iluminar múltiplas casas de uma única vez também reduz os custos.

A cooperação regional para facilitar o comércio de energia é um outro grande objectivo. O relatório do PNUD-GEF sobre financiamento solar e modelos de provisão de serviços nota que as vendas privadas, através de comerciantes, inicialmente dominou o mercado na África do Sul, mas mais tarde o governo iniciou um esforço grande fora de rede que se encontra plenamente activo.

O Botswana, Namíbia, Suazilândia e Zâmbia desenvolveram mercados solares, em muitos casos com fundos especiais para apoiar o crédito de consumo.

Fora o uso doméstico, as pessoas estão a domesticar e energia solar para operar pequenos negócios.

Não existe uma grande comercialização para convencer aos cidadãos regionais para se transferir para a energia solar. A demanda é alta. O que falta é acessibilidade e disponibilidade de unidades solares nas zonas rurais onde são mais precisas. □

que todos os edifícios governamentais devem ter painéis solares de aquecimento de água como uma medida de poupança de energia.

A directiva inclui todos os edifícios e agência parastatais do governo.

No Zimbabwe, medidas políticas reintroduziram bio-combustíveis para reduzir os custos e contrariar os crescentes altos preços globais do petróleo.

Segundo o Ministro de Energia e Desenvolvimento

de Energia, Mike Nyambuya, a política instrui todas as companhias petrolíferas para levarem a cabo das suas actividades comerciais com a meta de uso de combustíveis alternativos limpos nos próximos cinco anos.

Um dos projectos sob o programa de bio-combustíveis é a ressurreição da mistura de petróleo e etanol. Uma refinaria foi comissionada no Triangle, no sudoeste do Zimbabwe e a produção de etanol com petróleo já começou. □

Cresce apetite para fontes alternativas de energia

GOVERNOS da África Austral fortaleceram os esforços para domesticar energia renovável entre receios de um aumento crescente dos preços globais do petróleo e escassez de electricidade na região.

O governo sul-africano anunciou que estava a alocar cerca de US\$300 milhões para energia alternativa durante os próximos três anos.

O governo namibiano emitiu uma directiva no começo de 2008, dizendo

O comércio de carbono é chave para o desenvolvimento sustentável

por Tigere Chagatah

PAÍSES DA ÁFRICA AUSTRAL estão a explorar novas formas de mitigar mudanças climáticas causadas pelo homem, que ameaçam descarrilar o progresso do desenvolvimento.

Um desafio chave na batalha contra mudanças climáticas na região é como reduzir as emissões dos gases de efeito estufa enquanto, ao mesmo tempo, que se avançam os esforços de desenvolvimento.

O Protocolo do Quioto - o actual quadro global para a redução dos gases do efeito estufa até 2012 - providencia três mecanismos baseados no mercado através dos quais as reduções de emissões podem ser alcançados de forma custo-efectivo ao mesmo tempo que promove-se o desenvolvimento sustentável.

Os mecanismos - Desenvolvimento de Mecanismos Limpos, Implementação Conjunta e Comercialização de Emissões - conjuntamente perfazem o "mercado de carbono", um mercado global no qual o comércio de emissões de carbono ocorre.

O Desenvolvimento de Mecanismos Limpos (CDM) emergiram como uma forma concreta no quais países na região podem actualmente aceder ao crescente mercado do carbono, com a África do Sul lidera a corrida para participar no comércio da emissão de carbono na medida em que os outros países continuam para aceder ao mercado.

O CDM permite que o país com cometimentos de redução de emissões ou limitação de emissões sob o Protocolo de Quioto para implementar projectos de redução de emissões nos países em desenvolvimento.

Tais projectos podem ganhar créditos vendáveis de certificados de redução de emissões (CER), cada um equivalente a uma tonelada do gás de dióxido de carbono (CO₂) - o mais comum dos gases de efeito estufa.

Sob o CDM, os investidores nos países em desenvolvimento podem comprar esses créditos certificados de carbono para ajudar a satisfazer essas metas.

Em 2007, o Banco Mundial estimava que o mercado global do CDM foram equivalentes a mais de US\$13 bilhões,

com a África a perfazerem cinco por cento do total das vendas.

Em 2006, cerca de 475 milhões de toneladas de CO₂ foram comercializados a preços entre US\$6/tonelada e US\$27/tonelada.

Exemplos de projectos do CDM inclui a electrificação rural usando de

painéis solares, a instalação de mais máquinas de eficiência energética e projectos de geração de energia renovável.

Um dos tais projectos desenvolvimento feitos pela Cidade de Cabo em parceria com a SouthSouthNorth implementa projectos



Emissões tais como esta de uma fábrica de cimento na África do Sul são nocivas ao ambiente.

de energia eficiente na concepção de edifícios, iluminação e aquecimento solar de água em habitações sociais em Kuyasa, parte do subúrbio de Khayelitsha na Cidade de Cabo.

O projecto verá 2,300 habitações de baixo custo construídas de tal forma que as fornece água quente, reduzir as facturas de energia e mais casas confortáveis.

As casas manterão as temperaturas de 21 graus Celsius enquanto as facturas de energia serão reduzidas em cerca de US\$100 por cada habitação por ano.

Os benefícios locais incluem poupanças de combustível para 2,300 casas ao mesmo tempo que a redução total de emissões para cada habitação foi calculada em 2,75 toneladas de dióxido de carbono evitados anualmente.

Maior eficiência energética assegurará menos queima de combustível dentro de portas, assim permitindo uma poluição reduzida do ar interno e melhorada saúde e segurança. □

Ministros africanos do ambiente lançam atlas do ambiente

por Clever Mafuta

MINISTROS AFRICANOS do ambiente lançaram o *África: Atlas do Nosso Ambiente em Mudança*, que mostra um panorama rapidamente em mudança, o mais proeminente das quais é o desaparecimento dos glaciares sobre o Monte Kilimanjaro, na Tanzania, e as Montanhas de Ruwenzori, na República Democrática do Congo.

O atlas, lançado na Conferência Ministerial Africano sobre o Ambiente (AMCEN) em Junho, na África do Sul, traz à luz estórias de mudanças ambientais por cada país em África.

Usando imagens actuais e históricas, o atlas providencia evidência científica do impacto que as actividades naturais e humanas têm tido sobre o ambiente de África nas últimas décadas.

"A intenção do livro é de trazer evidência visual e científica

forte de mudança ambiental derivada do Observatório Científico da Terra para uma audiência maior e para construir uma consciencialização da rápida mudança ambiental," disse o director executivo do Programa das Nações Unidas sobre Ambiental, Achim Steiner, no lançamento.

O atlas também oferece 36 anos de mudanças ambientais, incluindo "o crescimento de cidades cinzentas numa zona rural antes verdejante, diminuição de áreas protegidas à medida em que as farmas se estendem sobre as suas fronteiras, os tractos de redes de estradas através de florestas, poluentes se espalhando sobre as fronteiras dos países vizinhos, a erosão dos deltas, e glaciares montanhosos em diminuição."

O atlas de cobertura africana figura uma série de mudanças na África do Sul. As mudanças

incluem o alargamento do corredores de deflorestamento no RDC seguindo-se à colheitas de madeira e a abertura de novas estradas e expansão das antigas.

As imagens satélites também destacam sinais positivos de que a gestão de recursos naturais está protegendo contra, e mesmo revertendo, a degradação ambiental.

Segundo o atlas, o deflorestamento é uma das maiores preocupações em 35 países, incluindo a RDC e Malawi.

A África está a perder quatro milhões de hectares de floresta por ano, e isso é o dobro da taxa média mundial de deflorestamento.

A perda de biodiversidade é grande em 34 países, enquanto a degradação de terra é a maior preocupação em 32 países, incluindo a África do Sul, Malawi, e Zimbabwe. □

Países da SADC lutam contra pesca ilegal

OS OITO países costeiros na SADC acordaram sobre medidas severas para restringir a pesca ilegal, atracagem e comercialização de tais produtos nos seus portos.

Ao todo, estima-se que a pesca ilegal causa perdas de rendimento em US\$1.1 biliões por ano na região da SADC.

“Assinamos um acordo de cometimento que significa o estabelecimento de um grupo de trabalho regional, um centro regional de monitoria, controle e vigilância, multas severas às embarcações encontradas com pescado ilegal e para proibir que tais embarcações entrem nos nossos portos,” disse o

Ministro das Pescas e Recursos Marinhos, Abraham Iyambo.

“Qualquer embarcação transitando através de áreas sob a nossa jurisdição nacional devem notificar a sua entrada e saída das zonas económicas exclusivas de qualquer Estado membro da SADC,” acrescentou Iyambo.

Ele falava na conclusão de uma conferência técnica e ministerial de três dias sobre pesca ilegal, não reportada e não regulada, que ameaça os estoques de peixe e os meios de vida das comunidades locais.

Todos os oito países costeiros na SADC – África do Sul, Angola, Madagáscar, Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo e República Unida da Tanzânia – estiveram representados na conferência.

A pesca ilegal priva os países costeiros de impostos, taxas dos portos e empregos que doutro modo podiam ser criados no processamento do peixe.

Os oito países terão de desenhar os seus planos de acção nacionais para restringir a pesca ilegal, uma tarefa que a Namíbia já completou. □

Angola, China assinam acordos financeiros

ANGOLA E China assinaram três acordos financeiros complementares à luz da linha de crédito do Banco China-Exim.

O primeiro acordo visa um financiamento para a reabilitação de uma rede de electricidade e projecto de expansão para as cidades de Dundo e Saurimo, e é estimado em cerca de US\$50 milhões.

O segundo acordo é estimado em US\$28.79 milhões, com o financiamento visando a reabilitação da estação de tratamento de águas residuais em Luanda e a construção de um centro de distribuição no distrito de Cacucaco, bem como o

estabelecimento de novos projectos de habitação.

O terceiro fornecerá financiamento para a melhoria de estradas nas cidades de Caxito, Uíge e Negage, estimado em US\$56 milhões.

O financiamento permitirá que Angola lance um projecto no Porto de Luanda avaliado em US\$116 milhões a ser implementado num período de cinco anos.

O projecto aumentará a capacidade de armazenamento da terminal de contentores e introduzir um sistema avançado para aumentar a produtividade e uso da terminal, assim reduzindo os custos de operação. (Angola Economic Bulletin) □

Portos moçambicanos servem a RDC e outros

MOÇAMBIQUE DIZ que o porto central da Beira actualmente manuseia bens destinados à República Democrática do Congo (RDC).

O presidente da Confederação das Associações Económicas (CTA), Salimo Abdula, disse que desde o início de Julho, a RDC tem estado a importar/exportar produtos petrolíferos, cimento e outros bens através do porto da Beira.

“Agora que estamos a investir em portos de qualidade, a região dependerá deles para todos os seus requisitos de manuseamento. Apenas nos últimos três meses, a RDC exportou 1.2 milhões de litros de produtos petrolíferos através do porto da Beira e esperamos que o Botswana também aumentará a sua utilização do porto,” Abdula disse.

Actualmente, o porto da Beira serve os países do interior como Malawi, Zâmbia e Zimbabwe.

Moçambique planeia investir US\$900 milhões para melhorar os seus principais dois portos nas regiões centro e norte como parte da sua intenção de tornar-se num provedor topo de serviços na SADC, aumentando investimentos nos portos da Beira e Nacala, incluindo a melhoria de estradas e linhas férreas ligando os Estados vizinhos do interior. □

A Anglo-American vai investir US\$400 milhões na mineração da platina do Zimbabwe

A ANGLO-AMERICAN, o gigante mineiro baseado em Londres diz que investirá US\$400 milhões no desenvolvimento de uma mina de platina no Zimbabwe.

“Estamos a desenvolver o projecto de platina de Unki porque temos responsabilidade para com os nossos trabalhadores, contratados e comunidade local,” disse o porta-voz da companhia.

A companhia emprega 188 pessoas e mais 450 contratados em Unki.

Em Fevereiro, o gigante global reportou um salto de 18 por cento do lucro líquido de 2007 para US\$7.3 biliões. □

Madagáscar, Maurícias, Moçambique estabelecem companhia regional para segurança alimentar

TRÊS PAÍSES DA SADC – Madagáscar, Maurícias e Moçambique – estabeleceram uma empresa regional alimentar como uma medida para aumentar a segurança alimentar na região.

O Ministro mauriciano de Agro-Indústria, Arvin Boolell, confirmou o desenvolvimento, dizendo que a Facilidade Global de Resposta à Crise Alimentar (GFCRF),

instituído pela Banco Mundial com um fundo de US\$1.2 biliões, será utilizado para este projecto.

Fora estas organizações dos três países, as acções serão também vendidas à instituições financeiras internacionais e locais, investidores individuais, e pequeno e médio farmeiros.

Boolell disse que o Banco Africano do Desenvolvimento acordou em ajudar as Maurícias em iniciativas trans-fronteiriças com Moçambique e Madagáscar. □



Protocolo da SADC sobre o género será apresentado em cimeira

por Patience Zirima

MINISTROS DA JUSTIÇA da África Austral reuniram-se recentemente para considerar a proposta regional do Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento na última fase de auscultação antes de ser apresentado aos Chefes de Estado e Governo durante a Cimeira em Agosto.

A proposta do Protocolo será discutida pelo Comité Permanente dos Funcionários Seniores e Conselho de Ministros da SADC que se reúne de em 10-12 de Agosto e 14-15 Agosto, respectivamente, na África do Sul.

Embora a proposta foi discutida pelos Chefes de Estado e Governo na Cimeira

anterior em Lusaka, em 2007, eles a devolveram aos Estados membro para mais consultas aos níveis nacionais.

O processo de consultas procura assegurar que a proposta do Protocolo que será submetida à Cimeira é sólida e que os Estados membro alcancem consenso para que o documento seja adoptado.

As auscultações com uma vasta gama de funcionários em ministérios chave tais como género e justiça assegurarão um sentido de pertença prático do documento na implementação.

Uma assinado, espera-se o Protocolo sobre o Género acelere o processo do alcance da igualdade e equidade do género, e melhorar o estatuto da mulher na região.

A proposta tem metas específicas calendarizadas e objetivos para assegurar a responsabilização na abordagem das desigualdades nos direitos constitucionais e legais; governação; educação e formação, entre outros.

Na região, a mulher sofre discriminações devido às lei de matrimónio e divórcio não-uniforme, a aplicação de direito de propriedade costumeiro e falta de acesso igual para educação.

A proposta propõe que os Estados membro da SADC assegure que a mulher e homem gozem de direitos iguais e sejam vistos como iguais.

A proposta também aborda as questões emergentes de preocupação na região tais como o tráfico de mulheres e raparigas e propõe legislação para prevenir o tráfico na região até 2015.

Entre as questões candentes que devem ser resolvidas, como identificadas pelos ministros do género quando se reuniram em Abril antes do encontro dos ministros da justiça, era a questão de que a linguagem utilizada em alguns dos artigos é muito mandatária e obrigações financeiras que se impõem aos Estados partes é enorme.

Um Protocolo é o instrumento legal mais vinculativo da SADC e se o Protocolo sobre o Género é aprovado, asseguraria o alcance as metas do género estabelecidas dentro do calendário 2010-2020. □

Fazer com que a Zona de Comércio Livre da SADC seja inclusivo ao género

COM A SADC a lançar a Zona de Comércio Livre em Agosto, muitos esperam que um novo regime comercial tome em consideração as necessidades especiais da mulher envolvidas no comércio trans-fronteiriço se vai ser inclusivo ao género.

Segundo um estudo regional conduzido pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC), cerca de 70 por cento de comerciantes informal trans-fronteiriços na SADC são mulheres.

O estudo mostrou que embora o comércio é informal, traz implicações positivas sobre as economias nacionais regionais.

Embora o Protocolo Comercial da SADC foi criticado por não ser sensível ao género, a necessidade de considerar as dimensões de género do comércio é delineada na proposta do Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento a ser apresentado em Cimeira, m Agosto.

O Artigo 17 da proposta do Protocolo que focaliza sobre o empoderamento económico encoraja aos Estados partes para, até 2015, adoptarem políticas e legislar sobre leis que assegurem acesso igual, benefícios e oportunidades para mulheres e homens em negócios, tomando em consideração o contributo da



Mais de 70 por cento de comerciantes trans-fronteiriços na SADC são mulheres

mulher nos sectores formal e informal.

O estabelecimento da ZCL pode potencialmente abordar alguns dos desafios que os comerciantes informais trans-fronteiriços enfrentam tais como taxas aduaneiras excessivas; processos difíceis de registo na obtenção de licenças e numerosas barreiras nas postos fronteiriços que frustram muitos comerciantes.

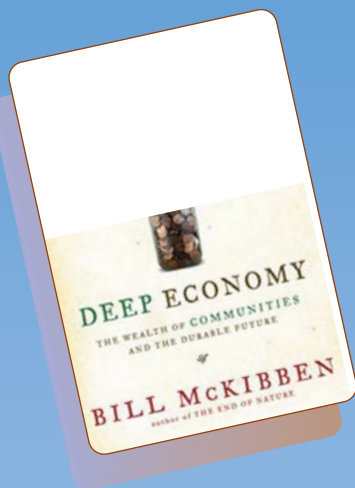
Entrevistas com comerciantes trans-fronteiriços na SADC revelam que a maioria dos comerciantes nada sabem sobre o Protocolo Comercial e não compreendem as implicações qu pode ter sobre as actividades comerciais.

Mesmo se os comerciantes informais tivessem informação sobre o Protocolo Comercial, as medidas estabelecidas para facilitar o comércio beneficiam

mais as companhias bem estabelecidas do que os pequenos comerciantes.

Por exemplo, o Certificado de Origem da SADC, que valida se os bens qualificam ou não para a isenção aduaneira nos Estados membro têm pouca relevância para os pequenos comerciantes porque o documento requer especificamente que em casos onde o produtor não é um exportador, então ele deve fornecer ao exportador com um declaração escrita significando que os produtos qualificam como originários nos Estados membro.

Os pequenos comerciantes, a maioria dos quais são mulheres, muitas vezes lidam com várias linhas de produtos em pequenas quantidades e consequentemente não seria possível obterem o certificado de origem para cada linha de produto. □



Economia forte: A riqueza das comunidades e o futuro duradoiro

FORTEMENTE ARGUMENTADO com de estatísticas e relatos mundiais, este livro diz que a humanidade deve caminhar rumo à uma versão melhorada de economias baseadas nas comunidades que enfatizam a compra e venda ao nível local em primeiro lugar.

Especificamente, a humanidade deve comer alimentos produzidos localmente, usar mais energia localmente produzida, e, mesmo, ter arranjos financeiros locais.

Tal mudança poderá reduzir as emissões de carbono através da redução de energia usada para transportar alimentos ao mesmo tempo servindo para dissociar a produção de alimentos e energia de fontes centralizadas e intensivas de combustível.

Por seu turno, isso abriria a porta para uma re-descoberta das alegrias da vida em comunidade, que está enraizada nas fundações da felicidade humana, contrariamente ao consumerismo sem fim e a abordagem "hiper-individualizada" à vida que é actualmente comercializada pelo mundo inteiro como o topo da civilização.

"O crescimento choca contra os limites físicos tão forte - como mudanças climáticas e alta de petróleo - que continuar a expandir a economia pode ser impossível; a sua tentativa pode ser perigosa."

"Mas também existe algo, uma consideração que estamos começar a entender: novas pesquisas de muitos cantos começam a mostrar que mesmo quando o crescimento torna-nos ricos, a maior riqueza já não nos faz feliz."

Deep Economy de Bill McKibben é escrito numa voz e estilo que encoraja a sua leitura. O livro é um tesouro de ideias sobre como a humanidade pode melhorar o lado escuro do consumerismo. É, pelo menos, uma prescrição positiva sobre como viver mais leve no nosso pequeno planeta. (*One Country*, Jan-Março 2008)

Disponível na Times Books/Henry Holt e Companhia, Nova Iorque, 2007 □

Livro do Ano da UNEP 2008

Um Olhar da Nosso Ambiente em Mudança: "A mudança climática é real"

AS MUDANÇAS climáticas estão a acontecer e com grande impacto como é confirmado pelo Quarto Relatório de Avaliação do Painel Inter-governamental sobre Mudanças Climáticas, e este é enfoque do Livro do Ano da UNEP 2008.

Em três secções, o almanaque leva o leitor através do desenvolvimento e eventos na frente ambiental, bem como os resultados científicos, com particular enfoque sobre mudanças climáticas.

A secção um fornece um calendário de eventos significativos seleccionados, a principal entre eles é o encontro de Dezembro, em Bali, que resultou na adopção do Roteiro de Bali.

A região da SADC sofre dos seus próprios impactos com Moçambique a ter as piores cheias em seis anos e a África do Sul a ter a sua caída significativa de neve desde 1981.

Sob a secção do Enfoque do Panorama, a ênfase é colocada sobre as respostas às mudanças climáticas,

incluindo actores do sector privado. O papel do governo é enfatizado para estabelecer padrões, apoiar a pesquisa e fornecer incentivos para a transição para uma economia sã, de baixa emissão de carbono.

A última secção olha para os desafios emergentes, incluindo o Clima da Antártida, metano do descongelamento de permafrost e metano de hidratos. A emissão de grandes quantidades de metano na atmosfera pode levar à mudanças abruptas no clima que podem ser irreversíveis.

Anteriormente intitulado *GEO Livro do Ano* para acompanhar o *Panorama Global Ambiental* (GEO) publicado em cada quatro anos, recentemente em 2007, este é o Xº relatório anual produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente e está disponível na UNEP em Nairobi, Quénia (2008)

Email: unepub@unep.org Página da Web: www.unep.org □

PUBLICAÇÕES

Official SADC Trade, Industry and Investment Review 2007/2008

Gaborone, Botswana, Southern African Marketing Co. (Pty) Ltd. e SADC, 2007
287pp.

Esta XIIª edição da publicação anual focaliza sobre oportunidades de negócios na região da SADC, e apresenta o perfil corporativo da SADC. Inclui os relatórios das Direcções, projetos da SADC, perfis dos países, actualização do comércio e indústria, oportunidade de investimento, contratos de negócios, e o calendário das feiras comerciais de toda a região da SADC, e cobre os anos 2007 e 2008.

Disponível no Secretariado da SADC, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana; e Southern African Marketing Company (Pty) Ltd, Caixa Postal 201112, Gaborone, Botswana
Página da Web: www.sadcreview.com

Trade as an Instrument for Achieving the Millennium Development Goals in Southern Africa

Judith Kaulem e Donald P Chimanikire
Harare, Zimbabwe, Centro de Estudos do Comércio e Desenvolvimento, 2007
22p.

Esta publicação analisa algumas das áreas chave do comércio pela forma como relacionam-se com os Objectivos do Milénio, focalizando especificamente sobre o Objectivo 8. Este objectivo olha para o comércio como um instrumento para se alcançar os ODMs e como o comércio pode ajudar no alcance das metas. Conclui que o comércio deve ser justo e estruturado de tal sorte que permite as economias frágeis a participarem.

Disponível no Centro de Estudos do Comércio e Desenvolvimento, 3 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Email: trades@tradescentre.co.zw Página da Web: www.tradescentre.org.mw

Economic Report on Africa 2008 Africa: Progress Towards Attaining the Millennium Development Goals 2007

Tunis, Tunísia, Divisão de Estatísticas Económicas e Sociais, Departamento de Estatísticas, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), 2007

Dados específicos dos países são apresentados, incluindo gráficos mostrando o progresso dos países africanos no alcance das metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os objectivos são de erradicação da pobreza extrema e fome, alcance da educação primária universal em todos os países até 2015, promoção da igualdade do género e empoderamento da mulher, melhoria da saúde materna, combater ao HIV e SIDA, malária e outras doenças, assegurar a sustentabilidade ambiental, desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Disponível da Agência de Colocação Temporária do BAD, BP 323, 1002 Tunis Belvedere, Tunis, Tunísia
Email: statistics@afdb.org
Página da Web: www.afdb.org

Bio piracy of Biodiversity: Global Exchange as Enclosure

Andrew Mushita e Carol B. Thompson
Trenton, USA e Asmara, Eritreia, Africa World Press, 2007
330p.

Este livro fornece uma análise reveladora do roubo da biodiversidade da África e como os africanos estão trabalhando para preveni-lo no Século XXI. A análise delinea o contexto das anteriores expropriações dos recursos continentais, tais como o roubo de pessoas durante a escravatura e o roubo de minérios, mesmo até aos nossos dias. O estudo refere-se ao continente africano em geral e especificamente a África Austral de onde faz referências às experiências reais da vida. Muito bem pesquisado e escrito, a publicação é uma obrigação de leitura para todos os que estão preocupados sobre a protecção dos recursos do continente.

Disponível na Africa World Press, Box 48, Asmara, Eritreia; Caixa Postal 1892, Trenton, NJ 08607, EUA
Página da Web: www.africaworldpressbooks.com



A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO
DA **ÁFRICA AUSTRAL HOJE**

SADC Hoje, Vol 11 No 1 Agosto 2008



SADC HOJE é produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e um guia para os decisores a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente nos mídia e outras publicações, citando a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Richard Nyamanhindi, Patience Zirima, Patricia Munemo,
Bayano Valy, Tomas Vieira Mario,
Clever Mafuta, Phyllis Johnson, Shiela Chikulo

ASSESSORA EDITORIA

Chefe da Unidade das Corporações de Comunicação da SADC
Leefa Penehupifo Martin

TRADUTOR

Bayano Valy, Tomás Vieira Mario

SADC HOJE é publicada seis vezes ao ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa da África Austral (SARDC), para o secretariado da SADC em Gaborone, Botswana como uma fonte de conhecimentos fiável sobre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. O conteúdo considera os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, como essenciais ao desenvolvimento da região.

© SADC, SARDC, 2008

SADC HOJE recebe de bom grado contribuições individuais e de organizações na região da SADC sob a forma de artigos, foto, notícias e comentários, bem como artigos relevantes de fora da região. É pago um montante padrão pelos artigos, fotos e ilustrações usados na publicação. O editor reserva-se ao direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e a editar segundo o espaço disponível. Os conteúdos não reflectem necessariamente as posições e opiniões oficiais da SADC ou SARDC.

Assine Hoje

SADC HOJE encontra-se disponível através de uma assinatura anual. Para seis edições por ano, o valor é de US\$75 para fora de África, US\$55 para o resto da África e US\$45 dentro dos países da SADC. A sua assinatura permití-lo-á a receber a revista por correio aéreo ou electrónico. Para mais detalhes sobre assinaturas, por favor contacte o Editor



A SADC Hoje é apoiada pela
Southern Africa Trust



SADC HOJE é publicada em Inglês e Português bem como disponível em formata electrónica em Francês.

COMPOSIÇÃO E MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya

FOTOS & ILUSTRAÇÕES

p1 SARDC, SA Tourism; p5 SARDC, MOTRACO;
p10, 11 South Africa Photo Galleries, IRIN Gallery p13 SARDC

ORIGEM & IMPRESSÃO

DS Print Media, Johannesburg

A correspondência deve ser endereçada à:

O Editor, SADC TODAY
SARDC, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel 263 4 791141 Fax 263 4 791271
sadcoday@sardc.net

or

ou SADC HOJE
SARDC, Rua D. Afonso Henriques, 141, Maputo, Moçambique
Tel 258 1 490831 Fax 258 1 491178
sardc@maputo.sardc.net

Website do Information 21

www.sadc.int www.sardc.net; www.ips.org; www.saba.co.za

Agradecimentos às seguintes Linhas Aéreas por ajudarem na distribuição da SADC Hoje:
Air Botswana, Linhas Aéreas de Moçambique, Air Namibia, South African Air ways, TAAG,
Zambian Air ways e Air Zimbabwe.

DIÁRIO DE EVENTOS 2008

Agosto
31 Julho – 1 Agosto
Namíbia

Reunião Técnica da SADC sobre o Ambiente

Directores do ambiente dos países da SADC reúnem para discutir o progresso sobre a implementação do Programa Ambiental dos Estados Membros, o Programa Regional Educacional Ambiental da SADC, e o desenvolvimento de um programa regional sobre Mudanças Climáticas, bem como o lançamento iminente do Panorama Ambiental da África Austral.

11- 12, Líbia

Conferência de Peritos sobre o Projecto da História Africana

O objectivo da conferência será de mostrar as relações históricas entre as várias partes do continente, muitas vezes sub-divididas em trabalhos publicados até à data. Organizado pela UNESCO e UA, a conferência irá rever as ligações históricas de África com outros continentes.

10-12, África do Sul

Comité Permanente de Funcionários Seniores da SADC

O comité técnico de aconselhamento ao Conselho de Ministros reúne antes do Conselho e é presidido pela Zâmbia, o actual presidente da SADC.

14-15, África do Sul

Conselho de Ministros da SADC

O conselho consiste dos ministros dos negócios estrangeiros, cooperação internacional, desenvolvimento económico ou plano e finanças de cada Estado membro. O Conselho precede a Cimeira e prepara recomendações de políticas para adopção pelos líderes da SADC for adoption by SADC leaders.

16-17, África do Sul

Cimeira da SADC

A Cimeira dos Chefes de Estado e Governo é a instituição superior da SADC para fazer políticas. A Cimeira em Midrand assistirá a entrega oficial da cedira rotativa da SADC pelo Presidente Levy Mwanawasa da Zâmbia ao Presidente Thabo Mbeki da África do Sul.

18-21, Turquia

Cimeira África-Turquia

A cimeira oferece aos participantes de África e Turquia uma oportunidade para troca de pontos de vista e considera áreas de cooperação. As discussões centrar-se-ão sobre o proposto Fórum de Cooperação África-Turquia.

28-30, Etiopia

VIª Conferência sobre Medicina Tradicional Africana

A conferência espera sublinhar a importância da medicina tradicional em África na prevenção, diagnóstico e tratamento social, doenças mentais e físicas antes do aparecimento da medicina convencional. A conferência será acolhida conjuntamente pela União Africana e UNESCO.

Setembro
5, Angola

Eleições legislativas

As eleições legislativas serão realizadas pela primeira vez desde o fim formal da guerra civil de 27 anos em 2002. as últimas eleições ocorreram em 1992. as eleições foram adiadas em mais de um ano para permitir a finalização do censo eleitoral.

11 - 12, África do Sul

Conferência sobre a Infraestrutura dos Transportes

A conferência planeia fortalecer a compreensão dos efeitos da globalização sobre a infraestrutura dos transportes em África. Acolhida pela Federação Africana dos Transportes, a conferência também espera reconhecer a necessidade de construir redes estratégicas de carga consistindo de rotas e nós de altos volumes.

A ser anunciado

Eleições legislativas na Suazilândia

Eleições legislativas terão lugar após a finalização do censo eleitoral em Julho. Os nacionais na Diáspora serão capazes de votar pela primeira vez através de votos postais.



42 anos

1966-2008

Namíbia, a luta pela independência

CELEBRADO ANUALMENTE no dia 26 de Agosto, o DIA DOS HERÓIS, também conhecido como Dia da Namíbia, comemora muitos eventos na história namibiana. Oficialmente, o dia honra os namibianos que morreram pela independência durante a luta de libertação que começou aos 26 de Agosto de 1966.

As celebrações nacionais ocorrem anualmente em locais tais como a cidade de Eenhana na região de Ohangwena, na fronteira com Angola, onde as pessoas se juntam para ver os líderes tais como o actual Presidente Hifikepunye Pohamba e o presidente fundador, Sam Nujoma, comemora oficialmente os veteranos do Exército de Libertação do Povo da Namíbia (PLAN), a ala militar da SWAPO durante a guerra.

A guerra de libertação trouxe um fim à ocupação ilegal da Namíbia pelo regime do apartheid da África do Sul.

A SWAPO sob a liderança de Nujoma e do falecido comandante militar do PLAN, Peter Nanyemba, levou a cabo uma longa guerra de independência que terminou com o cessar-fogo e eleições democráticas em 1989, e independência aos 21 de Março de 1990.

Cada ano, milhares de Hereros também convergem sobre a cidade de Okahandja em 26 de Agosto para honrar o chefe Herero, Samuel Maharero, e o seu retorno pós-morte e re-enterramento na cidade em 1923. Eles marcham em formações militares e vestem vestuário tradicional no evento.

É considerado "um gesto de desafio e um símbolo de orgulho conquistado para a origem do povo Herero após o genocídio de Hereros e Namaquas ao virar do Século XX durante o período colonial germânico.

A contribuição essencial dos heróis de libertação que pagaram com as suas vidas foi apresentada na autobiografia de Sam Nujoma, *Where Others Waged* (Onde os Outros Lutaram), onde ele disse que "o sangue de todos os filhos e filhas da Namíbia regou a árvore da nossa libertação e será sempre lembrado pelas gerações presentes e futuras na República da Namíbia."

O monumento em Omugulug-Ombashe dedicado às vítimas e sobreviventes da primeira batalha da luta de libertação tem os dizeres: "26 de Agosto de 1966. A tocha da luta armada foi acendida e o caminho para a liberdade foi iluminado. A independência era o seu objectivo."

A SWAPO lutou em várias frentes, através da mobilização do povo dentro do país, bem como da comunidade internacional para apoiar a sua causa de independência nacional, e através de formação militar dos seus quadros, como também os educando para construir a nação.

Um factor chave na luta de libertação na Namíbia, bem como noutros pontos da região, foi o apoio dos países vizinhos. A SWAPO tinha a sua sede e base de retaguarda primeiro na Tanzânia, depois na Zâmbia e Angola. A solidariedade doutros países da África Austral contribuiu significativamente para o sucesso da luta para a independência na Namíbia.



Presidente da SWAPO, Sam Nujoma (centro) com o representante da SWAPO nas Nações Unidas, Theo-Ben Gurirab (direita), actual Presidente da Assembleia Nacional, e Sean McBride, o Comissário da ONU para Namíbia, numa discussão fora da Sala do Conselho de Segurança da ONU em Nova Iorque, 28 de Setembro de 1978.

RDC: Uma década após a Grande Guerra

A **Segunda Guerra do Congo**, também conhecida como a Grande Guerra da África, iniciou 10 anos em Agosto de 1998 na República Democrática do Congo (RDC).

A maior guerra na história moderna africana, envolveu directamente oito países africanos, bem como 25 grupos armados.

A Primeira Guerra do Congo (Novembro de 1996 até Maio de 1997) terminou quando as forças rebeldes apoiadas pela Uganda e Ruanda depuseram o Presidente Mobutu Sese Seko em Maio de 1997, no país que ele chamava de Zaire. O líder dos insurgentes, Laurent Kabila, tomou posse como presidente.

A guerra estabeleceu a fundação para, e foi rapidamente seguida de, a Segunda Guerra do Congo, que começou em 2 de Agosto de 1998.

Kabila tinha divergências com os seus antigos aliados que o acusaram de não honrar o seu acordo para garantir a paz e segurança nas suas fronteiras. Um grupo rebelde apoiado pela Ruanda e Uganda emergiu e rapidamente dominou as províncias orientais ricas em recursos.

Em menos de duas semanas, até 13 de Agosto, os rebeldes tinham se movimentado pelo país e tomado a estação hidro-eléctricas de Inga que fornece energia à Kinshasa, bem como o porto de Matadi através do qual muitos alimentos de Kinshasa passam.

O centro de diamantes de Kisangani caiu nas mãos de rebeldes aos 23 de Agosto e forças avançando do leste começaram a ameaçar Kinshasa nos finais de Agosto.

Um Kabila sitiado procurou ajuda nos estados vizinhos. A ofensiva rebelde foi abruptamente repelida visto os esforços diplomáticos de Kabila terem dado frutos.

Os primeiros países africanos a responder à solicitação de Kabila de ajuda foram membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Os governos de Angola, Namíbia e Zimbabwe enviaram tropas para apoiar o governo de Kabila após uma reunião no Zimbabwe, em 19 de Agosto.

Esta intervenção salvou o governo e empurrou as frentes rebeldes da capital. Várias outras nações se juntaram ao conflito em apoio à Kabila, notavelmente o Chade, Líbia e Sudão. Até Setembro de 1999, os rebeldes tinham acordado em acordo de cessar-fogo e em Fevereiro de 2000 o Conselho de Segurança da ONU autorizou uma força de 5,500 membros para monitorar o cessar-fogo, mas as escaramuças persistiram.

Feridos na SADC Agosto - Outubro 2008

1 Agosto	Dia dos Países	RDC
4 Agosto	Dia dos Farmeiros	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos Farmeiros	Tanzânia
9 Agosto	Dia Nacional da Mulher	África do Sul
11 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabwe
12 Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbabwe
15 Agosto	Dia da Assunção	Madagáscar, Maurícias
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
1 Setembro	Umhlanga/Dança de Caniço	Suazilândia
4 Setembro	Ganesh Chathurti	Maurícias
5 Setembro	Eleições Legislativas	Angola
6 Setembro	Dia de Somhlolo (Dia da independência)	Suazilândia
7 Setembro	Dia do Fundador da Nação e Dia dos Heróis Nacionais	Angola
24 Setembro	Dia do Património	África do Sul
25 Setembro	Dia das Forças de Defesa	Moçambique
30 Setembro	Dia do Botswana	Botswana
1 Outubro	Feriado Público	Botswana
3 Outubro	Eid ul Fitr*	Maurícias, Tanzânia
4 Outubro	Dia da Independência	Lesoto
4 Outubro	Dia da Paz	Moçambique
13 Outubro	Dia da Mãe	Malawi
14 Outubro	Dia do Mwalimu Nyerere e Clímax of "Corrida da Tocha de Uhuru"	Tanzânia
21 Outubro	Divali	Maurícias
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia

* Depende da visualização da lua.